



ARTIGO

Um apagão previsível

JERSON KELMAN



A imprensa divulgou trechos de uma minuta de relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que atribui a pane elétrica no Amapá a múltiplas falhas. Trata-se de situação análoga ao que em geral ocorre na queda de um avião. Uma dessas falhas, embora não a principal, teria sido o insucesso do ONS na tentativa de contato, pela "hotline", com a equipe da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Pode-se especular que a intenção do ONS fosse reduzir a carga. O assunto será esclarecido quando o relatório for concluído. Talvez a CEA não tenha cometido falha alguma. Porém não ficarei surpreso se tiver.

Quando cheguei à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2005, a situação da CEA já era totalmente insustentável. Em outubro de 2005, a fiscalização da Aneel concluiu que "sem uma reformulação administrativa global, com a profissionalização da média e alta gerência, dificilmente a empresa terá meios para se reerguer e atingir seus objetivos com o concessionária de serviço público de energia elétrica".

Um mês depois, a Aneel deu prazo de 180 dias para que a CEA apresentasse um plano de recuperação. Depois de muitas idas e vindas, nada tendo evoluído positivamente, em junho de 2007 a Aneel propôs ao Ministério de Minas e Energia (poder concedente) a caducidade da concessão. Se a proposta tivesse sido aceita, a concessão voltaria ao governo federal, que deveria licitá-la novamente.

Eu defendia que o edital de concessão deveria obrigar que o novo concessionário indenizasse a CEA pelo valor dos ativos não amortizados. Mas não deveria cobrir outros passivos relacionados à gestão da companhia, como dívidas com fornecedores, trabalhistas ou tributárias, que deveriam ficar para o governo do estado (dono da CEA) resolver.

Porém nada disso aconteceu. O artigo de autoria do senador José Sarney, publicado em 9 de julho de 2007 no jornal "O Estado do Amapá", é elucidativo: "O encontro que eu e o governador Waldez tivemos com o Lula já tem efeitos práticos. O presidente garantiu que a CEA não será privatizada. Mandou o ministro das Minas e Energia formar comissão paritária, formada pelos técnicos do ministério e representantes da CEA, para solucionar politicamente o problema da empresa".

A propósito do caso CEA, Carlos Alberto Sardenberg lembrou — em artigo publicado no GLOBO em 12 de fevereiro de 2009 — que "toda a vez que ouvir falar de solução política, [o contribuinte] pode sacar a carteira". E continuou: "Temos um conjunto de estatais a serviço dos políticos — de determinados políticos. Eis porque uma economia estável e equilibrada depende de marcos regulatórios firmes e, em seguida, de agências independentes capazes de implementar as regras".

Passados tantos anos, poucos dias atrás o presidente da CEA reconheceu que a situação financeira é caótica. Na realidade, sempre foi. Fala-se em privatização em julho do ano que vem. Antes tarde do que nunca!



Jerson Kelman é professor da Coppe/UFRJ e foi diretor-geral da Aneel entre 2005 e 2008